



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input checked="" type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

Análise das transformações na dinâmica urbana em dois pequenos municípios após a implantação de uma empresa multinacional de agronegócio no estado do Tocantins

Analysis of the changes in urban dynamics in two small cities after the implementation of an agribusiness multinational company in the state of Tocantins

Análisis de las transformaciones en la dinámica urbana de dos pequeños municipios después de la implantación de una empresa multinacional del agronegocio en el departamento del Tocantins

OLIVEIRA, Lucimara Albieri (1);

SANTOS, André Luiz (2);

PEREIRA, Ana Paula Borges (3)

(1) Professora e Pesquisadora, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Tocantins, FAU/UFT, Doutoranda FAU/USP, Palmas, TO, Brasil; email: lucimaraalbieri@uft.edu.br

(2) Pesquisador LAU, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Tocantins, FAU/UFT, Palmas, TO, Brasil; email: andre.lus@uft.edu.br

(3) Pesquisadora LAU Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Tocantins, FAU/UFT, Palmas, TO, Brasil; email: paulabp25@hotmail.com

Análise das transformações na dinâmica urbana em dois pequenos municípios após a implantação de uma empresa multinacional de agronegócio no estado do Tocantins

Analysis of the changes in urban dynamics in two small cities after the implementation of an agribusiness multinational company in the state of Tocantins

Análisis de las transformaciones en la dinámica urbana de dos pequeños municipios después de la implantación de una empresa multinacional del agronegocio en el departamento del Tocantins

RESUMO

Neste artigo serão tratadas as mudanças na dinâmica urbana em dois pequenos municípios no interior do estado do Tocantins após a instalação de uma empresa multinacional de biocombustível em 2010. Houve grande transformação na realidade agrícola da região com a implantação da cultura de cana de açúcar em larga escala e altamente mecanizada, gerando êxodo rural e atração de pessoas de outras regiões em busca de uma vaga de trabalho. Tais transformações fizeram inchar as áreas urbanas em ambos os municípios e geraram impactos como especulação imobiliária, expansão urbana desordenada, invasões irregulares e carência de infraestrutura e serviços urbanos. Um importante passo na tentativa de organizar o território se deu na elaboração dos Planos Diretores em 2013/2014 por meio de uma parceria entre uma Fundação, prefeituras dos municípios e a Universidade Federal do Tocantins, que possibilitou uma avaliação detalhada da situação fundiária em questão e das dificuldades do poder público de pequenos municípios em lidar com essa problemática. As análises contribuem para o entendimento do impacto causado por empreendimentos de grande porte em pequenos municípios, demonstrando as transformações locais a serviço da economia capitalista globalizada.

PALAVRAS-CHAVE: pequenos municípios, expansão urbana desordenada, ocupações irregulares, especulação imobiliária

ABSTRACT

This article will handled the changes in urban dynamics in two small towns in the state of Tocantins, after the installation of a multinational biofuel plant in 2010. There was a major shift in agricultural reality in the region with the implementation of a highly mechanized and large scale sugar cane plantation, bringing rural exodus and the attraction of people from other regions in search of job openings. These transformations did swell urban areas in both cities and generated impacts as land speculation, unplanned urban expansion, irregular land intrusions and lack of infrastructure and urban services . An important step in the attempt to organize the territory occurred in the preparation of a City Master Plan for both cities in 2013 through a partnership between one Foundation, municipal governments and the Tocantins Federal University, which allowed a detailed assessment of the land situation in question and the difficulties that small towns administration has on dealing with such problems. The findings contribute to a better understanding of the impacts that a large project can bring to small towns and also demonstrating the local transformations servicing the globalized capitalist economy.

KEY-WORDS: small towns, unplanned urban expansion, irregular land occupation, land speculation

RESUMEN

En este artículo se tratará los cambios en la dinámica urbana en dos pequeños municipios en el estado del Tocantins después de instalar una industria multinacional de biocombustible en 2010. Hubo un gran cambio en la realidad agrícola de la región con la aplicación de la plantación de caña de azúcar a gran escala y muy mecanizada, produciendo el éxodo rural y atrayendo a la gente de otras regiones en busca



de un puesto de trabajo. Estas transformaciones hicieron engrosar las áreas urbanas en ambos condados y generan impactos como la especulación del suelo, la expansión urbana no planificada, las intrusiones irregulares y la falta de infraestructura y servicios urbanos. Un paso importante en el intento de organizar el territorio se haya producido en la elaboración de planes directores en el años de 2013 y 2014 a través de una asociación entre una Fundación, los gobiernos municipales y de la Universidad Federal de Tocantins, que permitió una evaluación detallada de la situación de la tierra en cuestión y las dificultades del poder público de los pequeños municipios para hacer frente a este problema. Los análisis contribuyen a la comprensión del impacto de los grandes proyectos en los pueblos pequeños, lo que demuestra el servicio local de los cambios globalizados en la economía capitalista.

PALABRAS-CLAVE: *pequenos municipios, la expansión urbana, ocupaciones irregulares, la especulación inmobiliaria*

1 A INSERÇÃO DE CIDADES PEQUENAS BRASILEIRAS NA ECONOMIA GLOBALIZADA

As questões urbanas em cidades pequenas geralmente são pouco estudadas devido a suas fortes características rurais implicarem em uma dinâmica urbana fraca ou estagnada. Porém, quando há um acontecimento de grande vulto capaz de modificar o conteúdo daquela sociedade e, *pari passu*, de seu espaço urbano, cabe uma análise cuidadosa dos níveis de influência de tal acontecimento.

Vale lembrar que essa realidade, de implantação de grandes empreendimentos em regiões mais isoladas do país em função da facilidade de acesso, créditos e incentivos fiscais, além de boas condições climáticas e de escoamento da produção, tem se tornado uma tendência e existem várias cidades ao norte do país sofrendo dos mesmos impactos, o que revela a urgência de mais estudos como o que se apresenta.

Este é o caso da implantação de uma empresa multinacional de produção de biodiesel no interior do estado do Tocantins, no município de Pedro Afonso. Milton Santos (1994) alerta sobre a expansão geográfica do meio técnico-científico através do denso aporte de capital em áreas agrícolas em países subdesenvolvidos, pois o comando, lógica e produção atendem a um mercado externo e suas determinações escapam à sociedade local. Seu poder de contágio se alastra pelas áreas vizinhas e alcança outras atividades complementares, dentre elas as que se situam na área urbana.

A capacidade desse tipo de empreendimento em gerar desarticulações profundas na instância local provoca profundas mudanças na sociedade em questão. Uma das conseqüências é a própria “desculturização” da região,

na medida em que a substituição de pessoas, alteração dos equilíbrios sociais de poder, introdução de novas formas de fazer, geram desequilíbrios dos quais resultam, de um lado, a migração das lideranças locais tradicionais e a quebra de hábitos e tradições, e, de outro lado, a mudança de formas de relacionamento produzidas lentamente durante largo tempo e que se vêem, de chofre, substituídas por novas formas de relações cuja raiz é estranha e cuja adaptação ao lugar tem um fundamento puramente mercantil (SANTOS, 2012, p. 63).

O quadro dos deslocamentos geográficos e do mercado de trabalho se altera e altera relações sociais, espaciais e ambientais, com destaque para:

- chegada de mão-de-obra capacitada vinda de outras regiões e de centros urbanos maiores ou mais tecnificados, sendo este um contingente muito diminuto em relação à magnitude dos impactos do empreendimento;
- chegada de mão-de-obra não capacitada vinda de outras regiões com menor absorção pelo



mercado de trabalho, gerando uma população pautada pela precarização das relações de trabalho, desemprego e informalidade;

- abandono de atividades rurais tradicionais por parte dos proprietários pela incapacidade de endividamento para fazer investimentos voltados à nova dinâmica de produção agrícola, acarretando a venda ou arrendamento da terra e migração de local de moradia e atividade dos proprietários e de seus empregados, comprometendo a dinâmica regional social e econômica tradicionais;

- migração de atividade agrícola por parte dos empregados rurais que conseguiram qualificação para o novo modo de produção, porém trocam sua residência do campo para a cidade continuando a trabalhar no campo;

- terceirização dos serviços que formalizam as relações de consumo, fazendo com que as relações de amizade, parentesco ou vizinhança que transpunham as barreiras das relações comerciais vão deixando de existir tanto pelas formalidades exigidas para a contratação de serviços terceirizados pela usina, quanto pela chegada de novos moradores estranhos aos nativos. Desse modo, a formalização é um fator fundamental para a sobrevivência ou crescimento do comércio e serviço na cidade, gerando adaptações e substituições do quadro anterior;

- geração de impactos ambientais em diversas escalas, da forma de manejo do solo, em relação aos problemas com a monocultura, aos ainda pouco estudados (neste caso) impactos dos pesticidas utilizados em larga escala próximos a corpos d'água, nascentes e lençóis freáticos; com destaque também para a dificuldade de manutenção de atividades agrícolas de subsistência ou de pequenos agricultores em função da mesma forma de poluição citada, mais a pulverização aérea de pesticidas, já proibida em diversos países;

- impactos urbanos em diversas frentes, da sobrecarga de infraestrutura, comércio e serviços, além da geração de alta demanda habitacional (qualitativa e quantitativa), impulsionamento a ocupações irregulares (para diversas classes sociais) e desordenadas de todo o tecido urbano, incluindo a pressão de ocupação em áreas rurais e de preservação.

Em cidades de pequeno porte, o poder público municipal encontra grandes dificuldades de gestão por serem altamente dependentes do nível governamental federal e estadual. Porém, por vezes as instâncias governamentais superiores possuem interesses distintos apresentando soluções impossíveis, parciais ou extemporâneas às novas problemáticas municipais.

O grande empreendimento traz consigo as relações de consumo que ditam regras sociais. A cidade tende, então, a adentrar na lógica capitalista de produção tanto quanto as cidades de médio e grande porte, onde a terra passa a ter mais valor de troca (espaço privado para realização do lucro) do que anteriormente, sobrepujando seu valor de uso (fruição, beleza) (LEFÈBVRE, 2001) e ampliando seu *status* como mercadoria. Isso dá campo para a prática de altos preços dos terrenos na região consolidada, estende a ocupação territorial de maneira descontrolada e fragmentada, afasta os mais pobres para periferias em condições precárias e permite a especulação imobiliária nos vazios urbanos.

2 CONTEXTO DOS MUNICÍPIOS

Os municípios de Pedro Afonso e Bom Jesus do Tocantins contam atualmente com 11.539 e 3.768 habitantes (IBGE, 2010), respectivamente, sendo considerados de pequeno porte. Estão

localizados aproximadamente a 167 quilômetros da capital Palmas, na região nordeste do estado do Tocantins (figura 1). Às margens do Rio Tocantins e Rio do Sono, tiveram suas proximidades geográficas acentuadas pela construção de uma passarela sobre esse último, o que diminuiu o tempo de percurso entre seus centros urbanos, aumentando assim suas relações de interdependência (figura 2).

Figura 1 – Localização dos municípios no estado do Tocantins

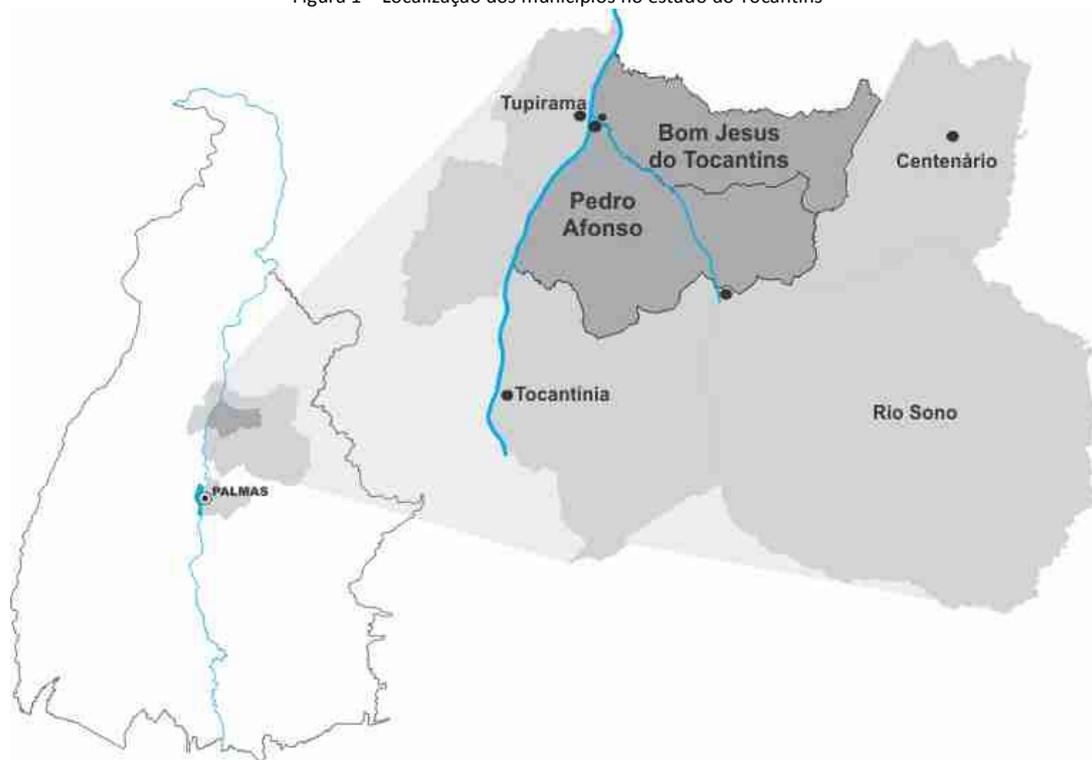
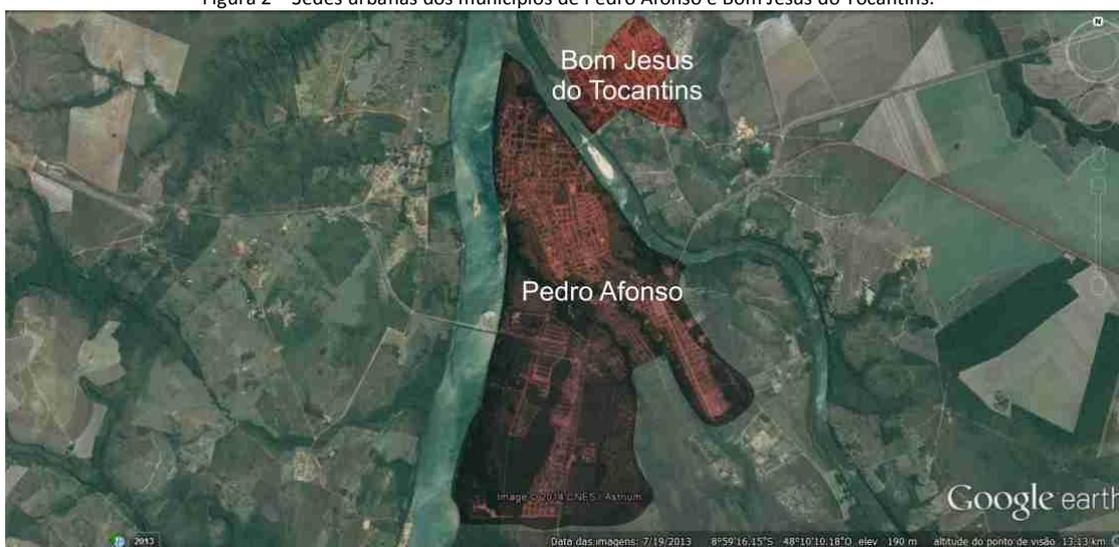


Figura 2 – Sedes urbanas dos municípios de Pedro Afonso e Bom Jesus do Tocantins.



Elaboração: Equipe UFT, 2014 sobre Google Earth, 2013.

Ambos possuem economia baseada nas atividades do setor primário: agricultura e pecuária, que tem alavancado o setor de comércio e serviços. Na agricultura, destacam-se o cultivo da soja e, mais recentemente, cana de açúcar devido à implantação da Usina de Açúcar e Bioenergia. A implantação da cultura de cana de açúcar em larga escala se deu tanto em áreas anteriormente improdutivas quanto pela troca de matriz em pequenas e médias propriedades (anteriormente fazendas de soja ou gado); isto se deu através da aquisição de terras pela Usina, arrendamento ou produção em parceria com os proprietários (tabela 1).

Tabela 1 – Área plantada para produção agrícola no município de Pedro Afonso – TO

ANO	2009	2011
Soja	28.500 ha	14.000 ha
Cana de Açúcar	--	18.000 ha

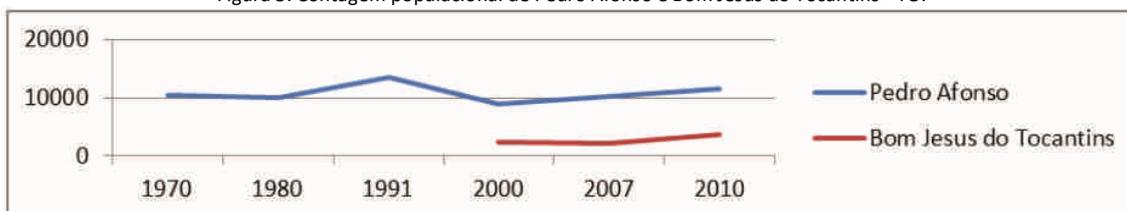
Fonte: IBGE, 2013. Elaboração: Equipe UFT.

A Usina começou a ser construída no município de Pedro Afonso em 2007, o que atraiu um grande número de trabalhadores para a região em busca de oportunidade de emprego. Com o fim das obras civis e a abertura das operações da empresa em 2010, essa migração se deu de forma mais acentuada, aumentando a demanda na estrutura da saúde, educação e moradia. Deve-se destacar não só a atração das pessoas de outras regiões, mas também o êxodo rural provocado pela alteração do tipo de cultura agrícola, pois o plantio adotado pela Usina emprega alta mecanização no cultivo que necessita de menos mão de obra, que por sua vez tem de ser especializada para operar o maquinário.

Os efeitos também foram sentidos por Bom Jesus do Tocantins devido à proximidade geográfica entre suas sedes urbanas e inter-relação histórica com Pedro Afonso¹. O encarecimento do setor imobiliário em Pedro Afonso fez com que pessoas procurassem Bom Jesus do Tocantins para fixar moradia, mesmo os que trabalhavam em Pedro Afonso, transformando aquele em município dormitório.

O gráfico da contagem populacional abaixo aponta para o incremento de pessoas principalmente após 2007, ano do início da construção da Usina.

Figura 3: Contagem populacional de Pedro Afonso e Bom Jesus do Tocantins - TO.



Fonte: IBGE – Elaborada pela equipe UFT sobre os dados do Censo Demográfico de 2000, Contagem Populacional de 2007 e Censo Demográfico de 2010.

Já sobre a projeção demográfica para o município de Pedro Afonso é interessante notar a diferença dos números apresentados pelo IBGE e por uma pesquisa contratada pela própria Usina. Nesta última (DIAGONAL, 2011), tanto para o Estado quanto para os dois municípios em questão para os anos 2010-2015, foi apresentado um crescimento populacional maior que a média de crescimento dos períodos anteriores, considerando a instalação da Usina como indutora desse crescimento (tabela 2). A projeção feita pelo IBGE apresenta números menores,

¹ Bom Jesus do Tocantins era distrito de Pedro Afonso, tendo se emancipado em 1991.

pois foi realizada antes do início da operação da mesma (tabela 3).

Tabela 2: Projeção demográfica 2010 a 2015.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Tocantins	1.405.685	1.425.642	1.445.289	1.464.632	1.483.797	1.502.841
Pedro Afonso	14.107	14.432	14.752	15.068	15.068	15.380
Bom Jesus do Tocantins	3.985	3.996	4.096	4.194	4.291	4.388

Fonte: Diagonal, 2011.

Tabela 3: Projeção demográfica 2011 a 2013.

	2011	2012	2013
Tocantins	1.439.275	1.458.965	1.478.164
Pedro Afonso	11.732	11.919	12.490
Bom Jesus do Tocantins	3.879	3.987	4.241

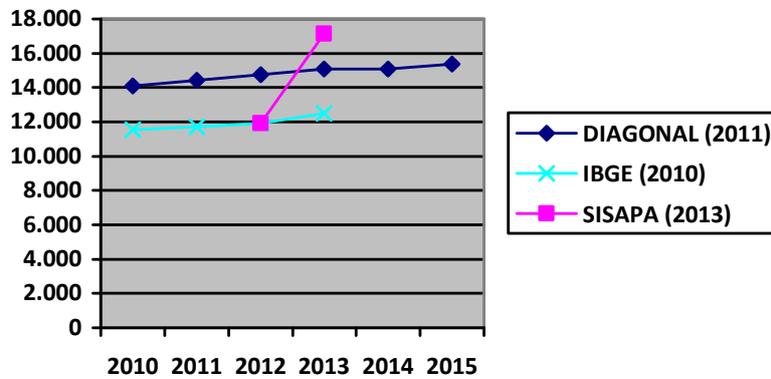
Fonte: IBGE, 2010.

Sendo considerado pelos pesquisadores da UFT um dado de extrema relevância no que tange a um processo de reordenamento territorial, buscamos uma terceira fonte para tentar chegar mais próximo da realidade. Assim, foi elaborada, com base no número de ligações de água no município de Pedro Afonso² no ano de 2013, uma nova linha de projeção populacional, como será demonstrado a seguir. Segundo a SISAPA³, atualmente (maio de 2013) existem 4.284 ligações que, considerando uma média de quatro habitantes em cada residência, resulta em 17.136 pessoas que possuem água encanada em Pedro Afonso, isto é, residentes na área urbana. Esse valor está bem acima dos estimados apresentados acima pela Diagonal (2011) e IBGE (2010). Isso indica que a população do município aumentou significativamente a partir da instalação da Usina, ultrapassando os valores previstos (figura 4). Cabe destacar que esse cálculo não levou em conta outras áreas, como as que foram ocupadas irregularmente sem ligações formais de água e as consideradas áreas rurais.

² Não foi possível fazer esse cálculo para Bom Jesus do Tocantins porque o município não possui água encanada.

³ Companhia de Água da Prefeitura Municipal de Pedro Afonso.

Figura 4: Comparativo das projeções demográficas do IBGE, do Diagnóstico Integrado da Socioeconomia dos municípios de Pedro Afonso, Bom Jesus do Tocantins e Tupirama – TO e projeção atual (estimada pelo número de ligações de água).



Elaboração: Equipe UFT sobre dados do IBGE (2010), dados municipais, DIAGONAL (2011) e SISAPA (2013).

A expansão do município de Pedro Afonso ocorreu em sentido sul em duas regiões afastadas da área consolidada, enquanto Bom Jesus do Tocantins cresceu principalmente em seu extremo norte (figuras 5 e 6).

Figura 5: Imagem aérea da área urbana de Pedro Afonso em 2004 e 2013, com destaque da expansão sul.



Elaboração: Equipe UFT, sobre *Google Earth*, 2013.

Figura 6: Imagem aérea de Bom Jesus do Tocantins - TO do ano de 2004 e 2013, com destaque da expansão norte.



Elaboração: Equipe UFT, sobre *Google Earth*, 2013.

Percebe-se que enquanto em Bom Jesus do Tocantins a expansão foi contígua à ocupação preexistente, a dinâmica de Pedro Afonso foi afetada de maneira mais intensa pela expansão desordenada e fragmentação territorial, ocorrendo alargamento significativo do perímetro urbano e presença de vazios entre a cidade consolidada e os novos loteamentos. Portanto, as análises seguintes serão focadas na área urbana desse município.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A cidade de Pedro Afonso surgiu em decorrência de um assentamento de uma aldeia indígena em 1847, consolidando-se como cidade em 1.937 (IBGE, 2010). Alguns marcos importantes induziram a dinâmica de seu desenvolvimento:

- A inauguração da Belém-Brasília em 1973 atraiu parte dos habitantes do município para áreas mais próximas das margens da rodovia, ocorrendo assim um processo de decréscimo populacional;
- A implantação da soja na região em 1996 por meio do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER III) impulsionou a economia e o desenvolvimento do município;
- A construção da Passarela Modesto e Rosália sobre o Rio do Sono no ano de 2003, ligando os municípios de Pedro Afonso e Bom Jesus do Tocantins. Essa ponte, com extensão de 433,7 metros (GOEBEL, 2003), é utilizada por pedestres e ciclistas e possibilitou fácil acesso entre as duas cidades, intensificando a dinâmica entre elas;
- A construção da ponte sobre o Rio Tocantins em 2007 se deu em consequência do crescimento e desenvolvimento econômico da cidade e, principalmente, pela previsão de instalação da Usina de biocombustível. Anteriormente, o acesso pela BR-235 era realizado apenas por modal hidroviário (balsa pertencente a uma empresa privada);
- A instalação da Usina de Pedro Afonso Açúcar e Bioenergia S.A. no ano de 2007, com início de operação em 2010 (DIAGONAL, 2011).

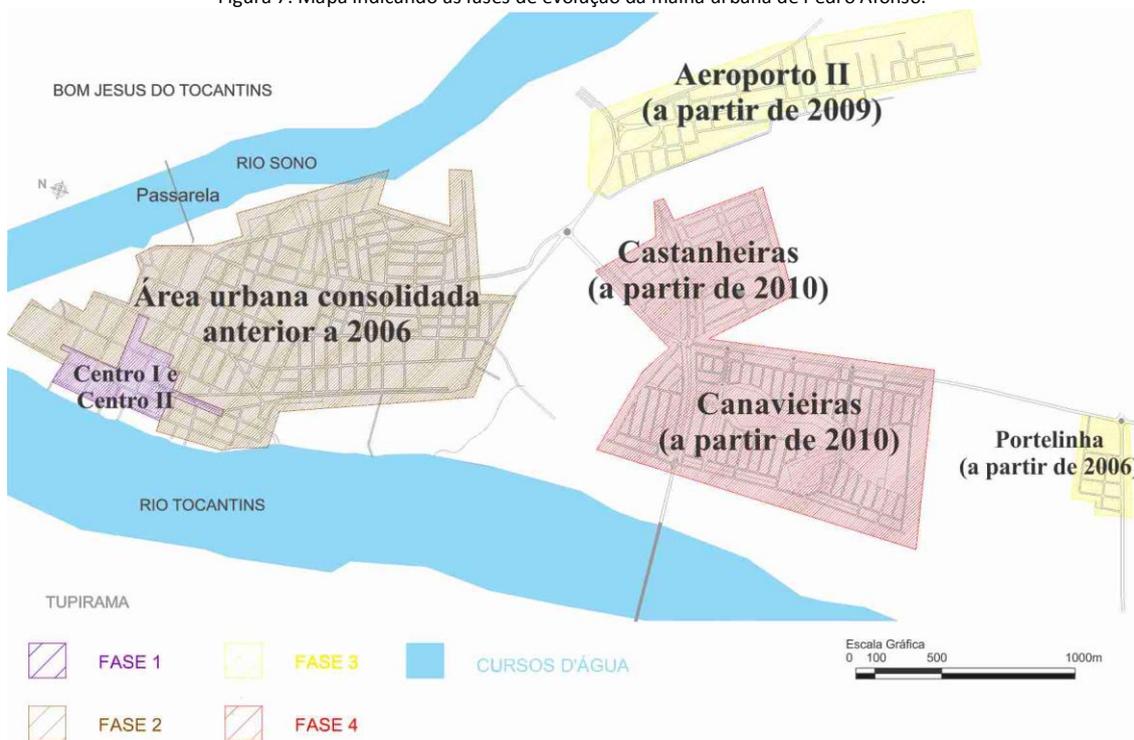
Este contexto leva a entender a evolução da malha urbana em quatro fases, conforme tabela 4 e figura 7 a seguir.

Tabela 4: Fases de evolução da malha urbana de Pedro Afonso –TO.

FASES	ÁREA	Bairros	Ano de Ocupação
Fase 1	Núcleo original	Centro I e II	-
Fase 2	Área urbana consolidada	Habita Brasil, Joaquim M. Lima, Zacarias Campelo, Bela Vista, Bela Vista II, Maria Galvão, Aeroporto, Antiga Lagoa da Cruz, Santo Afonso	Anterior a 2006
Fase 3	Bairros periféricos precários de baixa renda (invasões)	Portelinha	A partir de 2006
		Aeroporto II	A partir de 2009
Fase 4	Loteamentos regularizados com infraestrutura	Loteamentos Canavieiras e Castanheiras	A partir de 2010

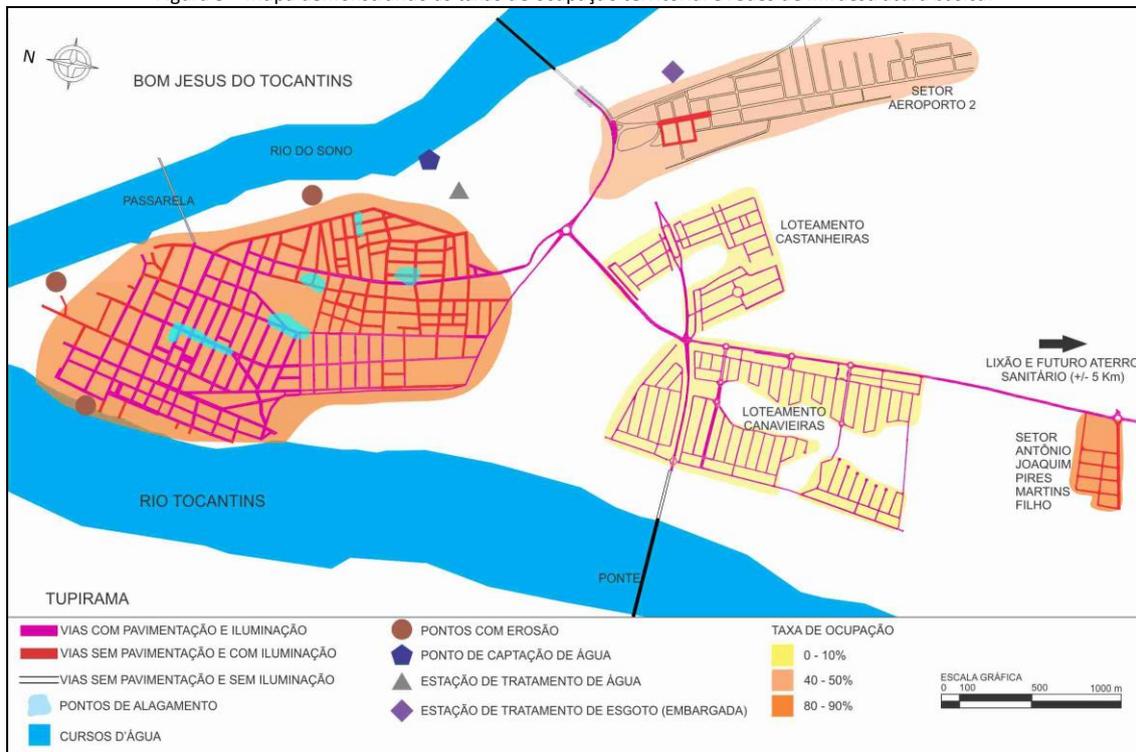
Elaboração: Equipe UFT, 2013.

Figura 7: Mapa indicando as fases de evolução da malha urbana de Pedro Afonso.



Grande parte do incremento populacional repentino ocasionado pela implantação da Usina está sendo absorvido em áreas com infraestrutura precária, muitas vezes de forma irregular, distantes da região consolidada, correspondendo à fase 3: Setores Portelinha e Aeroporto II. Os investidores imobiliários tem se aproveitado do cenário para implantar novos loteamentos regularizados com altos preços (fase 4) – Castanheiras e Canavieiras – que, por sua conformação e preço, não atenderão a real necessidade que se apresenta. Nessas condições, poucos tem condições de pagar por esses lotes, o que acarreta a continuação da ocupação dos bairros da fase 3, expandindo e densificando as franjas da cidade com assentamentos precários (figura 8).

Figura 8 – Mapa demonstrando as taxas de ocupação territorial e redes de infraestrutura básica.



Elaboração: Equipe UFT, 2013.

Os loteamentos da fase 4 possuem asfalto, energia elétrica e iluminação pública, porém ainda estão praticamente sem ocupação, enquanto os bairros irregulares da fase 3 apresentam maior taxa de ocupação e pouca infraestrutura. Atualmente, os loteamentos da fase 4 estão servindo aos investidores para especulação imobiliária, pois não se vê construções em andamento e percebe-se que as pessoas de maior poder aquisitivo não tem intenção de fixar moradia nesses bairros. Enquanto isso, a região mais antiga da cidade se valoriza devido à presença de comércio, serviços, escolas, hospital, praças, entre outros (figuras 9 e 10), sendo local de preferência das classes de maior renda.

Figura 9 – Localização dos equipamentos urbanos de educação, saúde e lazer com seus respectivos raios de abrangência, demonstrando sua concentração na região central.

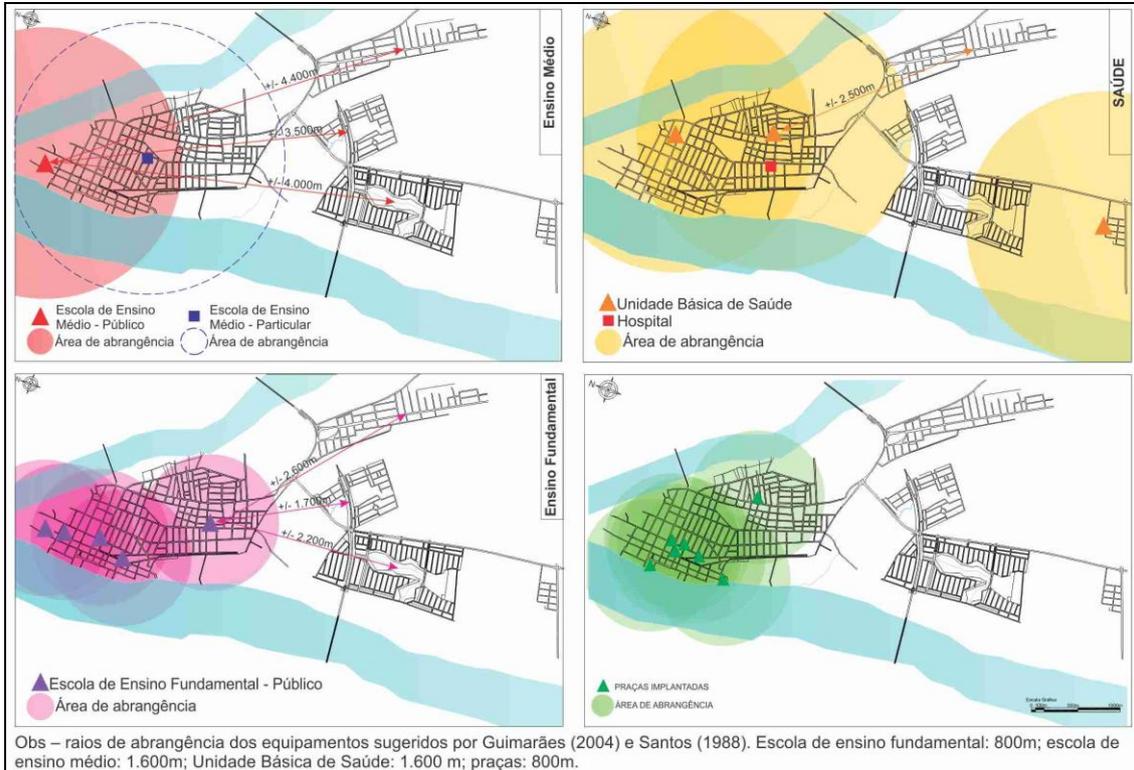


Figura 10 – Região central a esquerda e loteamento novo (fase 4) a direita.



Fonte: Equipe UFT, 2013.

A fase 3 compreende dois setores: Portelinha e Aeroporto II. O Setor Portelinha foi estrategicamente situado para suprir as necessidades da Usina, pois se encontra na beira da rodovia que liga a cidade e o empreendimento. Ele é o mais distante do núcleo urbano consolidado, tendo sua ocupação iniciada com um programa voltado para a habitação de interesse social no período entre 2006 e 2007. Sua implantação afastada gerou gastos desnecessários para o poder público (aquele mesmo que aprovou sua localização) com infraestrutura, ainda que precária. Há apenas uma Unidade Básica de Saúde no Setor que, segundo relato dos moradores, funciona precariamente. Além disso, os deslocamentos pendulares provocados por essa configuração territorial afetam drasticamente a qualidade de

vida de seus moradores. A distância até a região central, onde estão concentrados os equipamentos urbanos, é de cerca de 3,7 quilômetros e seus moradores geralmente a percorrem a pé, de bicicleta ou por moto-táxi, pois não existe transporte público na cidade, com exceção do transporte escolar, também de baixa qualidade (segundo relatos). A escola mais próxima dista 4,3 quilômetros.

A persistente ilegalidade fundiária e imobiliária configura a periferia urbana que frequentemente se configura como um depósito de pessoas em áreas não servidas ou precariamente servidas pela infraestrutura urbana e que não conta também com equipamentos sociais públicos e privados. (MARICATO, 2012, p.5)

O chamado Setor Aeroporto II (figura 11) teve início com a implantação de moradias de interesse social no ano de 2008 e se expandiu rapidamente por meio de invasões. Atualmente, se caracteriza por possuir precariedade urbanística e social e altas taxas de irregularidade fundiária. É a área mais visada da cidade para a prática de invasões irregulares, pois além de ser mais próxima da região central que o Setor Portelinha⁴, o poder público convenientemente tem omitido suas ações de fiscalização, fazendo com que o processo de ocupação seja intenso. Esses fatores têm gerado o seguinte dinamismo no Setor: implantação de comércios informais ao longo de sua principal via, existência de residências consideradas de médio-alto padrão em lotes invadidos e comercialização de edificações em construção nos lotes invadidos por pequenos especuladores individuais.

Figura 11 – Infraestrutura precária no Setor Portelinha (esquerda) e no Setor Aeroporto II (direita).



Fonte: Equipe UFT, 2013.

Não há equipamentos coletivos e algumas porções do Setor Aeroporto II são impróprias para ocupação humana, como um antigo lixão e uma área de preservação permanente a beira de um córrego. Por meio da Lei Municipal nº 105/2010 de 26 de Abril de 2010, foi instituída uma ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) no Setor com o objetivo de iniciar um processo de regularização fundiária e fomentar a implantação de toda a infraestrutura necessária à urbanização, fato que ainda não aconteceu na prática.

Fica evidente a ação do próprio poder público quando da construção de conjuntos habitacionais distantes e omissão em relação a novas ocupações irregulares. As conseqüências diretas foram uma expansão desnecessária da malha urbana, encarecimento da estrutura pública e surgimento de vazios urbanos propícios à especulação imobiliária. A regularização fundiária que tem sido realizada na cidade é de caráter curativo, e dessa forma, a tendência é de continuidade da expansão das ocupações irregulares em áreas periféricas.

⁴ O Setor Aeroporto II fica a aproximadamente 1,8 Km de distância do Núcleo Urbano Consolidado, enquanto a Portelinha fica a aproximadamente 3,7 Km.



Mesmo com ações tardias, o poder público tem encontrado dificuldades em concretizar as regularizações fundiárias previstas. A debilidade da gestão pública em pequenos municípios leva a uma situação insustentável, pois a prefeitura não possui técnicos capacitados ou em quantidade suficiente para lidar com esse novo problema, o que dificulta o acesso a editais e linhas de financiamento, principalmente federais, tanto para captação quanto para execução de novos projetos e recursos. O histórico financeiro e de gestão provém de uma alta dependência de outras esferas governamentais (estadual e federal) que não chegam a soluções dos problemas em nível local e até então o município não havia lidado com adversidades de tal complexidade. A população local possui baixo nível informacional e não se sente capaz de se envolver nas questões da gestão do município, gerando baixo grau de cobrança ou de mobilização popular. Isto faz com que haja demora ou não solução dos problemas, acentuando as condições que se fazem presente.

Um fator de agravamento é que nesses municípios normalmente não há uma preocupação formal em relação ao planejamento, em suas diversas áreas, com destaque para o planejamento urbano. Dentre os problemas de ordenamento territorial mais latentes, destacam-se os relativos à falta de zoneamento de uso do solo, legislação ambiental, fiscalização e regularização fundiária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentou-se no artigo os impactos que a implantação de uma empresa multinacional de agronegócio tem causado em municípios pequenos na região norte do país, considerada atrasada em relação ao desenvolvimento econômico dos municípios da região sul e sudeste do Brasil. A fragilidade do poder público em lidar com o problema somada à tendência dos próprios gestores da cidade tomarem decisões dirigidas pela forma capitalista da produção do espaço urbano faz com que as problemáticas se aprofundem e se perpetuem.

A população local, acostumada a um ritmo de vida pacato e estreitas relações de vizinhança, se vê obrigada a lidar com uma nova dinâmica social e econômica em seu dia-a-dia. As relações cidade-campo se transformam e muitos moradores acostumados ao estilo de vida rural passam a procurar a cidade para se instalar e começar uma nova vida. Os laços entre as sedes dos dois municípios analisados se estreitam e Bom Jesus do Tocantins assume condição de bairro de Pedro Afonso, apesar de não compartilhar de sua receita orçamentária.

O crescimento repentino da população fomentado pela Usina causou um aumento significativo na procura por imóveis que gerou uma valorização do ramo imobiliário, causando nas cidades uma mudança drástica na constituição do tecido urbano e até mesmo nas relações de propriedade da terra, passando esta a proporcionar possibilidades de lucro que antes não existia. Essa valorização imobiliária, fomentada tanto pela iniciativa privada quanto pelo próprio poder público, e suas consequências para o território urbano, está inserida em uma lógica nacional contemporânea que pode ser vista em diversas cidades brasileiras. Trata-se da velha lógica econômica da apropriação da renda fundiária como propulsora da expansão da cidade, somada a facilidade de acesso ao crédito imobiliário para implantar ou regularizar loteamentos longe da cidade com infraestrutura precária (MARICATO, 2012), potencializado pelo incremento populacional do caso específico analisado.

Percebe-se que as decisões relativas ao planejamento urbano são direcionadas para se acomodarem aos interesses da Usina, mesmo que isto comprometa financeiramente o poder

público quando do oferecimento de infraestrutura e de serviços públicos, acarretando em baixa qualidade de vida de seus moradores. Esse é o caso das ocupações ocorridas na fase 3 na cidade de Pedro Afonso (relacionadas à chegada do empreendimento), onde foram implantados loteamentos longe da área urbana consolidada, porém de fácil acesso à Usina.

Portanto, é preciso repensar a maneira com que os grandes empreendimentos se instalam em região de fragilidade econômica, como a considerada nova fronteira agrícola do país, cogitando um nível de impacto mais abrangente e mais próximo às complexidades que se instauram em suas áreas urbanas. Atualmente, os estudos de impacto realizados nesse contexto colocam o foco nas questões ambientais e destacam o aumento de arrecadação fiscal proporcionado pelo novo empreendimento, como se isso bastasse para resolver as mazelas urbanas resultantes desse processo. Cabe exigir novos meios das esferas governamentais federal e estadual atuarem nesse caso para chegarem de fato ao nível municipal, além de dirigir novas exigências às grandes empresas, que tiram proveito das facilidades regionais ofertadas, porém se distanciam das problemáticas locais que se apresentam.

REFERÊNCIAS

- DIAGONAL. *Diagnóstico Integrado da Socioeconomia dos Municípios de Pedro Afonso, Bom Jesus do Tocantins e Tupirama*. 2011.
- GOEBEL, L. Agência Tocantinense de Notícias. Governador. *Governador inaugura passarela e participa de festividades em Pedro Afonso*. Disponível em:< <http://atn.to.gov.br/noticia/2003/7/14/governador-inaugura-passelela-e-participa-de-festividades-em-pedro-afonso/>> Acesso em: 23 set 2013.
- IBGE. *Censo Demográfico 2010*. 2010.
- LEFÉBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2011.
- GUIMARÃES, P. P. *Configuração urbana: evolução, avaliação, planejamento e urbanização*. São Paulo: ProLivros, 2004, 260p.
- MARICATO, E. *O futuro da metrópole periférica global*. II Lehmann Dialogues – Harvard, 2012.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AFONSO. *Lei Municipal nº 105/2010 de 26 de Abril de 2010*.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. (1985). *Espaço e método*. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2012.